



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2016.0000132953**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0022844-67.2009.8.26.0344, da Comarca de Marília, em que são apelantes UTI MÓVEL MARÍLIA S/C LTDA. e UNIMED DE MARÍLIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, são apelados NILZA ALBERTO DORINI e MAPFRE VERA CRUZ SERGURADORA S/A.

**ACORDAM**, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Apelos providos em parte. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente) e ANTONIO NASCIMENTO.

São Paulo, 3 de março de 2016.

**Vianna Cotrim**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 0022844-67.2009.8.26.0344**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

**APELANTES:** UTI MÓVEL MARÍLIA S/C LTDA. E UNIMED DE  
MARÍLIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
**APELADOS:** NILZA ALBERTO DORINI E MAPFRE VERA CRUZ  
SERGURADORA S/A  
**COMARCA:** MARÍLIA

**EMENTA:** Acidente de trânsito - Ação indenizatória e denúncia da lide - Legitimidade da ré Unimed de Marília configurada - Agravo retido rejeitado - Invasão da contramão em rodovia - Culpa do preposto das rés evidenciada - Danos morais reduzidos - Correção monetária incidente desde o arbitramento, nos moldes da súmula 362 do STJ - Exclusão da responsabilidade da seguradora no tocante aos danos morais acertada, por ausência de previsão na apólice - Apelos providos em parte.

**VOTO Nº 34.291**

Ação indenizatória e denúncia da lide, derivadas de acidente de trânsito, julgada parcialmente procedente a principal e prejudicada a secundária, tudo pela sentença de fls. 914/918, relatório adotado.

Apelaram ambas requeridas, buscando a reforma da decisão. Aduziram, em suma, que o sinistro decorreu de caso fortuito, pois o veículo que transportava o marido da autora aquaplanou. Pediram o afastamento da sua responsabilidade ou, subsidiariamente, a redução dos danos morais. Protestaram pela incidência dos juros moratórios a contar da fixação da indenização por danos morais.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 0022844-67.2009.8.26.0344**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

A ré UTI Móvel Marília S/C Ltda também insistiu no cabimento da responsabilização da denunciada à lide, ponderando que o contrato de seguro entre elas pactuado prevê cobertura contra danos pessoais, que inclui os danos morais. Disse que inexistente cláusula de exclusão na apólice. Pugnou pelo cômputo da correção monetária a partir do arbitramento da indenização por danos morais, nos moldes da súmula 362 do STJ.

A ré Unimed de Marília, por sua vez, reiterou as razões de agravo retido, afirmando que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da lide.

Recebidos e processados os recursos, com contrarrazões, subiram os autos.

**É o relatório.**

De início, é manifesta a legitimidade da Unimed de Marília para figurar no polo passivo da lide, pois os serviços da ré UTI Móvel Marília S/C Ltda foram por ela contratados para atendimento de um conveniado de plano de saúde.

A esse respeito, como bem ponderou o julgado “a quo” em decisão saneadora, *verbis*:

*“A preliminar arguida pela ré Unimed de ilegitimidade passiva não merece acolhida, na medida em que ela mesma não nega que a vítima era conveniada e que foram contratados seus serviços, conforme a autora narra na inicial. Assim, em razão do plano de saúde, a vítima recebeu serviço de transporte de UTI Móvel, conforme a própria Unimed admite em sua contestação. Trata-se, portanto, de evidente relação de consumo, aplicando-se o CDC, de modo que a Unimed, na condição de fornecedora de serviço, responde*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 0022844-67.2009.8.26.0344**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

*solidariamente por ato da empresa credenciada, conforme artigos 3º e 14 do CDC.” (fls. 395)*

Dessa forma, fica rejeitado o agravo retido.

Inferese do boletim policial e da perícia técnico-científica elaborada pelo Instituto de Criminalística de Marília, ambos documentos públicos, dotados de presunção de veracidade, que o acidente que vitimou o marido da apelada foi ocasionado pela perda do controle da direção por parte do veículo da UTI Móvel Marília S/C Ltda, sobrevindo a invasão da contramão em rodovia e a subsequente colisão com caminhão que trafegava regularmente pela faixa oposta.

A despeito do clima chuvoso na data do infortúnio, não se pode inferir que a aquaplanagem tenha sido a causa do acidente, visto que tal fato não restou totalmente comprovado nos autos.

Mais não fosse, a imprudência daquele que perde o controle da direção e invade a pista oposta numa rodovia é inequívoca, pois não pode agir sem as cautelas necessárias à segurança no trânsito, especialmente numa via expressa e num dia chuvoso, onde a atenção deve ser redobrada, porquanto previsível o acúmulo de água na pista.

Assim, configurada a culpa do preposto das requeridas, cabe a elas indenizar a autora pelos danos sofridos.

É devido ressarcimento por danos morais, como forma de reparar o mal causado à autora que, em virtude do acidente automobilístico, perdeu ente querido, experimentando dor e amargura, com reflexo no estado psicológico.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 0022844-67.2009.8.26.0344**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

A jurisprudência já asseverou:

"Em relação aos danos de natureza moral, resta evidente sua configuração, porquanto o acidente, ressalte-se, causou a morte do cônjuge e da mãe dos autores, de modo que o abalo por eles sofrido é de ser caracterizado *in re ipsa*. Como afirma Antonio Jeová Santos, "*os danos morais e patrimoniais, decorrentes do evento morte, prescindem da produção de prova quanto ao efetivo prejuízo causado a parentes.*" (Dano Moral Indenizável, 2ª edição, Lejus, pág. 232)" (TJ/SP - 26ª Câmara da Seção de Direito Privado - Apelação com Revisão nº 990.09.283031-7 - Relator Carlos Alberto Garbi).

A dosimetria deve se ater à natureza do dano, à gravidade da culpa, às condições pessoais dos litigantes e, sobretudo, ao caráter pedagógico da reprimenda, evitando-se, assim, novos abusos, sem, contudo, atingir patamar exagerado, servindo de enriquecimento sem causa, tampouco configurar quantia irrisória e insuficiente para sua finalidade.

No dizer de Rui Stoco:

"Segundo nosso entendimento, a indenização da dor moral, sem descuidar desses critérios e circunstâncias que o caso concreto exigir, há de buscar, como regra, duplo objetivo: caráter compensatório e função punitiva da sanção (prevenção e repressão), ou seja: a) condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo e desestimulá-lo da prática futura de atos semelhantes; b) compensar a vítima com uma importância mais ou menos aleatória, em valor fixo e pago de uma só vez, pela perda que se mostrar irreparável, ou pela dor e humilhação impostas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 0022844-67.2009.8.26.0344**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

Evidentemente, não haverá de ser tão alta e despropositada que atue como fonte de enriquecimento injustificado da vítima ou causa de ruína do ofensor, nem poderá ser inexpressiva a ponto de não atingir o objetivo colimado, de retribuição do mal causado pela ofensa, com o mal da pena, de modo a desestimular o autor da ofensa e impedir que ele volte a lesar outras pessoas. Deve-se sempre levar em consideração a máxima “indenizar ou compensar sem enriquecer” (“in” Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência - Editora RT, 8ª edição, pág. 1927).

Diante das circunstâncias que envolveram o episódio, a indenização por danos morais fixada em R\$ 157.600,00 não deve prevalecer, sob pena de se desviar da perspectiva contida nos pressupostos atrás mencionados, sendo imprescindível sua diminuição para R\$ 120.000,00, com acréscimo de correção monetária pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a partir do arbitramento, segundo o disposto na Súmula 362 do STJ, e juros moratórios de 1% ao mês, a contar da data do acidente, consoante o teor da súmula nº 54 do STJ.

Em situações análogas, esta Câmara tem orientado:

“ACIDENTE DE VEÍCULO. REPARAÇÃO DE DANOS. Em se tratando de responsabilidade civil extracontratual os juros moratórios devem fluir a partir da data do evento. Inteligência do artigo 398, do Código Civil e da Súmula 54, do STJ. Sentença reformada. Recurso provido.” (Apelação nº 0209059-10.2009.8.26.0100 - Relator Des. Felipe Ferreira)

“Acidente de trânsito - Citação via postal - Validade - Dano moral - Indenização devida - Fixação satisfatória - Recurso principal desacolhido - Apelo adesivo



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 0022844-67.2009.8.26.0344**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

provido para estabelecer como marco inicial dos juros moratórios a data do evento danoso - Incidência da súmula nº 54 do E. Superior Tribunal de Justiça.” (Apelação nº 0111980-34.2009.8.26.0002 - Relator Des. Renato Sartorelli)

Por outro lado, da análise da apólice de seguro juntada a fls. 147/149, verifica-se que o contrato firmado entre a ré UTI Móvel Marília S/C Ltda e a denunciada Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A engloba cobertura por danos materiais e corporais, mas não morais.

Com efeito, as condições gerais da avença explicitam um elenco de riscos excluídos, dentre os quais, os relativos a danos morais, salvo quando expressamente contratada cobertura adicional. (fls. 823)

A propósito, a súmula 402 do Superior Tribunal de Justiça proclama que: *“O contrato de seguro por danos pessoais compreende danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão”* (grifo nosso).

Logo, em razão de cláusula expressa afastando os danos de natureza moral do âmbito da indenização securitária, a isenção da responsabilidade da seguradora quanto à verba fixada a esse título e, por conseguinte, o não acolhimento da denunciação da lide, mostraram-se acertados.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 0022844-67.2009.8.26.0344**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

Ante o exposto e por esses fundamentos,  
rejeitado o agravo retido, dou parcial provimento aos apelos.

**VIANNA COTRIM**  
**RELATOR**